

EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)
Cursos Gerais — Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos
1998

1.ª FASE
2.ª CHAMADA

PROVA ESCRITA DE INTRODUÇÃO AO DIREITO

É permitido o uso da Constituição da República (C.R.P.)
não anotada.

Nas respostas com base na C.R.P., os alunos deverão
referir o texto constitucional utilizado — 3.ª ou 4.ª Revisão.

I

O texto que se segue faz referência à legislação que consagra os direitos de participação e de acção popular previstos na Constituição da República Portuguesa.

«No final de Agosto de 1995 foi publicada legislação que dá voz aos cidadãos (...) através dos direitos de participação e acção popular. Alguns destes direitos já estavam previstos na lei (...), mas nunca tinham sido regulamentados em termos exactos. Com a nova legislação foram definidos os moldes precisos em que a acção deve ser movida em tribunal (...).»

Dinheiro e Direitos, n.º 14, Janeiro de 1996

1. O texto refere que «alguns destes direitos já estavam previstos na lei».

Indique as fases de elaboração de uma lei da Assembleia da República.

2. As novas leis relativas aos direitos de participação e acção popular foram promulgadas pelo Presidente da República.

Refira em que condições poderá o Presidente da República vetar um diploma que lhe seja enviado pela Assembleia da República para promulgação.

3. Os direitos de participação, de petição e de acção popular estão previstos nos artigos 48.º e 52.º da Constituição da República Portuguesa, constituindo, assim, Direito Positivo.

Distinga Direito Positivo de Direito Natural.

4. «... Foram definidos os moldes precisos em que a acção deverá ser movida em tribunal».

Explique de que modo os tribunais exercem a fiscalização da constitucionalidade das leis.

V.S.F.F.

II

Considere o seguinte artigo do Código Civil.

Art.º 879.º do Código Civil

A compra e venda tem como efeitos essenciais:

- a) A transmissão da propriedade da coisa ou da titularidade do direito;*
- b) A obrigação de entregar a coisa;*
- c) A obrigação de pagar o preço.*

Tendo em atenção o disposto no artigo transcrito, analise a seguinte situação:

António Silva, dono de uma loja de electrodomésticos, vendeu a Joana um televisor e uma máquina de lavar roupa, no valor de 200 contos, comprometendo-se a compradora a efectuar o pagamento no prazo de 60 dias. Decorrido esse prazo, verificou-se que Joana, a compradora, não efectuou o pagamento a que se comprometera.

António Silva recorreu ao tribunal.

1. O contrato de compra e venda é um negócio jurídico. Este é susceptível de ser caracterizado de acordo com diversos critérios de classificação.

Classifique o contrato de compra e venda quanto a dois desses critérios.

2. **Identifique** os elementos da relação jurídica resultantes da venda a que se refere o texto.

3. O direito de crédito que António tem sobre Joana é um direito subjectivo propriamente dito.

Justifique esta afirmação.

III

Leia com atenção o texto seguinte:

Foram aprovados, em 27 de Dezembro de 1996, um Decreto-Lei que regula a instalação e funcionamento dos recintos com diversões aquáticas, e um decreto regulamentar que determina as condições técnicas de segurança desses recintos, assim como manda **proceder a um levantamento da legislação respeitante ao funcionamento de parques de diversões, de modo a determinar eventuais lacunas.**

1. A vida em sociedade implica a existência de normas de conduta.

Indique três das ordens sociais normativas.

2. A instalação e funcionamento dos recintos com diversões aquáticas foi objecto de um Decreto-Lei.

Explique, com base na C.R.P., de que modo o Governo exerce a função legislativa.

3. **Relacione** a evolução social com o aparecimento de lacunas da lei, tendo em conta a parte destacada do texto.

IV

O texto seguinte introduz o item de desenvolvimento.

Assim como o cidadão não pode, no uso da sua liberdade, transformá-la num instrumento de ofensa da liberdade dos outros, também os Governos não podem usufruir dos direitos de limitar, impedir ou eliminar os direitos e liberdades de alguns, para só os garantir a uns tantos, porque isso viola o princípio da igualdade de todos perante a lei.

Comente o texto, relacionando os seguintes pontos:

- o princípio da legalidade da Administração no Estado de Direito;
- a realização dos fins do Estado.

FIM

COTAÇÕES

I

| I | |
|----------|------------------|
| 1. | 15 pontos |
| 2. | 15 pontos |
| 3. | 15 pontos |
| 4. | 20 pontos |
| | 65 pontos |

| II | |
|-----------|------------------|
| 1. | 15 pontos |
| 2. | 20 pontos |
| 3. | 20 pontos |
| | 55 pontos |

| III | |
|------------|------------------|
| 1. | 15 pontos |
| 2. | 20 pontos |
| 3. | 20 pontos |
| | 55 pontos |

| IV | |
|--------------------|-------------------|
| | 25 pontos |
| | 25 pontos |
| TOTAL | 200 pontos |